



RESENHA

VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Missão de guerra: capuchinhos no Belo Monte de Antonio Conselheiro*. Maceió: EDUFAL, 2014. ISBN 978-85-7177-840-5, 145p.

*Welder Lancieri Marchini\**

### **Tudo isso é para poder haver a guerra!**

Em meio à emergência do regime republicano e à separação formal entre Igreja Católica e o Estado brasileiro, lideranças eclesiais da mesma Igreja e o governo do mesmo Estado se juntam para inviabilizar a existência do arraial liderado por Antonio Conselheiro. O processo que antecede a chamada guerra de Canudos (1896-1897) consta de uma missão dos freis capuchinhos que, sem êxito, busca levar Conselheiro a dissolver o arraial. A ineficácia da missão faz com que frei João Evangelista de Monte Marciano escreva, em 1895, um relatório ao Arcebispado da Bahia, pedindo providências quanto à existência de Belo Monte. O relatório analisado por Vasconcellos é o maior responsável por fazer com que a discussão sobre Canudos ganhe projeção nacional. O autor busca analisar dois aspectos que antecedem a guerra: a missão dos capuchinhos e o relatório de frei João Evangelista. Sintetiza bem o processo a frase atribuída ao próprio Conselheiro que diz: “Tudo isso é para haver a guerra!”.

O autor se mostra um estudioso bastante aprofundado no episódio que envolve a missão capuchinha e o relatório sobre Belo Monte, haja vista que o mesmo objeto foi tema, em diferentes perspectivas, de seus estudos pós-graduados<sup>1</sup>. Na presente obra, o autor procura desenvolver três aspectos: perceber as motivações que desencadearam a missão a Belo Monte obedecendo a uma ordem do arcebispo da Bahia e a pedido do governador do estado; apontar os componentes principais da missão, desde os acontecimentos que a precederam até a sua suspensão, visto sua ineficácia; entender o processo de divulgação do relatório, fazendo-o tornar-se assunto de interesse dos habitantes do território baiano e, consecutivamente, em assunto de interesse nacional,

---

\* Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, PUC-SP. Contato: [wwlancieri@yahoo.com.br](mailto:wwlancieri@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> Sobre Belo Monte ver ainda VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Missão de guerra*. (Dissertação de mestrado em Teologia). ITESP: São Paulo, 2012 e VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Do Belo Monte das promessas à Canudos destruída: o drama bíblico na Jerusalém do sertão*. Maceió: Edições Catavento, 2010, fruto de sua tese de Doutorado em Ciências Sociais.

levando à opinião de que a intervenção bélica seria necessária para a supressão de Belo Monte.

Para abordar as questões anteriormente apontadas, Vasconcellos organiza a obra em três momentos que buscam: situar a missão em suas características eclesiais e políticas, descrever os dias da missão que aconteceu em uma semana do mês de maio de 1895, destacando os aspectos que a levam a seu dramático desfecho, que busca ser compreendido no terceiro momento. A análise do relatório está presente nos três momentos, tornando-se elemento indispensável ao entendimento das relações entre a hierarquia católica e o governo republicano.

Antonio Conselheiro é um pregador popular que, desde 1874, “perambula por vilarejos e estradas da região, em atividades como a (re)construção de igrejas e cemitérios, convocação a eventos devocionais sob sua liderança, auxílios múltiplos à população”<sup>2</sup>. Por ocasião da proclamação da República, ele se converte em “incitador da resistência à nova ordem política que se estabelecia”<sup>3</sup>. Fixando-se na região de Canudos, a batiza como Belo Monte e, em 1893, cria um conflito maior com os poderes estatais, visto que as pessoas passam a deixar seu estilo de vida cotidiana e passam a viver no povoado comandado por Conselheiro interessadas na isenção dos altos impostos cobrados pelo governo republicano. A perda da mão-de-obra barata, o excessivo contingente de negros utilizado para descredenciar a existência do arraial e a afronta à ordem republicana serão os pressupostos para que o governo, em conjunto com o arcebispado baiano, que busca operacionalizar a missão como estratégia para a destruição de Belo Monte.

Aparentemente e oficialmente, a proclamação da República traz a separação entre o Estado e o poder religioso católico. Mas, na prática, as situações não eram tão claras e distintas. Em 1895, os deputados estaduais baianos, incomodados com a organização de Belo Monte, apelam à Igreja como meio mais brando de resolver a situação. E mesmo os capuchinhos, escolhidos para a missão de combate a Conselheiro, o são por serem conhecidos por sua docilidade ante os poderes políticos estabelecidos. Canudos e o processo da missão e da guerra apenas reforçarão a parceria entre o arcebispado baiano e o Estado.

Sendo vontade do governo estadual e ordem do arcebispado baiano, os freis capuchinhos dão início à missão que acontecerá em maio de 1895. Para descrever os dias da missão, Vasconcellos faz uso das informações contidas no relatório de frei João. Os três primeiros dias ocorrem bem, havendo alguns pequenos conflitos entre os freis e os seguidores de Conselheiro, isso porque o missionário expressa a sua intenção de fazer com que as pessoas voltem para suas casas. Mas, no decorrer dos outros três dias,

---

<sup>2</sup> P.L.VASCONCELLOS. Missão de guerra, p.31.

<sup>3</sup> Ibid. p.31.

a relação entre missionários e os seguidores de Conselheiro se complica. Diz frei João que

sobre o dever de obediência à autoridade [...] sendo a República governo constituído no Brasil, todos os cidadãos, inclusive os que tivessem convicções contrarias, deveriam reconhecê-lo e respeitá-lo”<sup>4</sup>.

No sétimo dia de missão, os freis capuchinhos deixam Monte Belo e frei João Evangelista escreve o relatório que dará aval à guerra que durará de novembro de 1896 a outubro de 1897. Mas o autor ressalta que o cancelamento da missão, muito mais que sua continuidade, favoreceria a dissolução do arraial.

As ideias presentes no relatório nos levam a entender que ele pode ter sido escrito a mais mãos. Sendo divulgado tempos após a missão, o relatório usa de descrições específicas que, além de deslegitimar o arraial, querem justificar a intervenção bélica. Além disso, parece querer justificar a mesma intervenção frente à opinião pública. Segundo cita Vasconcellos, “ele teria sido escrito não com o empenho ‘de descobrir a verdade, mas sim de confirmar as versões que corriam’”<sup>5</sup>.

Entre a missão dos capuchinhos em Belo Monte, a publicação do relatório em 27 de junho de 1895 e a guerra que se inicia em 1896, há um processo de interesse tanto do Estado quanto da Igreja, que buscam convencer a sociedade de que o arraial de Belo Monte é uma subversão. O relatório é um dos meios para que isso aconteça. Vasconcellos faz vários paralelos entre o relatório e a obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, publicada em 1902 e que, segundo Vasconcellos, seria um “livro vingador”, que “impôs o tema de Belo Monte e Antonio Conselheiro à consciência nacional”<sup>6</sup>. Vasconcellos também faz paralelos entre obras que trabalham a partir de depoimentos de Honório Vilanova, afilhado de Conselheiro, e de escritos do próprio Conselheiro, que não fala propriamente da missão, mas traz alguns elementos em anotações de datas próximas que levam a entender frei João como um “padre falso”.

As motivações religiosas e políticas se confundem e se fundem na intervenção em Belo Monte. O arraial é visto como um espaço de salvação, seja por apresentar-se como alternativa aos escassos serviços presbiterais, seja por prescindir das organizações republicanas e seus altos impostos. As motivações também se fundem nas interpretações de frei João, que, ironicamente, descreve:

os aliciadores da seita se ocupam em persuadir o povo de que todo aquele que quiser se salvar precisa vir para Canudos, porque nos outros lugares tudo está contaminado e perdido pela República; ali, porém, nem é preciso trabalhar; é

---

<sup>4</sup> Ibid. p.39.

<sup>5</sup> Ibid. p.48.

<sup>6</sup> Ibid. p.115.

a terra da promessa, onde corre um rio de leite, e são de cuscuz de milhos os barrancos<sup>7</sup>.

A salvação relacionada a uma organização alternativa à República e a analogia com a terra onde corre leite e mel volta a aparecer várias vezes no texto. E essa parece ser a principal motivação para aqueles que deixam suas casas e passam a viver em Belo Monte, que conta não unicamente com população de católicos, mas também de religiões de raízes africanas e indígenas.

Dentre todas as variáveis e versões acerca do arraial de Belo Monte, o que pode ser visto com certa notoriedade é a vontade tanto da Igreja Católica quanto do Estado de que o povoado seja dissolvido. Por isso, a escolha de frei João Evangelista e de suas estratégias é pensada em vista do interesse de justificar uma intervenção bélica que ponha fim do arraial.

Tendo como objeto de análise o processo de confecção do relatório e suas consequências, o autor afirma que os escritos creditados a frei João Evangelista teriam três objetivos básicos: ser testemunha da missão, descrevendo suas atividades e as impressões a partir dela; publicizar uma situação conflitiva, ainda regional, fazendo com que ela tomasse proporções nacionais; ser um panfleto que buscava inflamar a opinião pública contrária a Belo Monte, justificando a intervenção bélica. Podemos perceber pelos relatórios que a missão capuchinha se encontra dentro de um contexto eclesial e político maiores que a localizada experiência de Canudos, tornando-se um evento paradigmático para entendermos a relação entre a Igreja Católica e o Estado.

Dentro do processo da República e de uma oficial separação entre Igreja e Estado, Vasconcellos faz uma leitura conjuntural partindo do relatório de frei João, que fica mais evidente quando diz que tal escrito

jogou importante papel no sentido de tornar desejada e assumida a guerra, em nome da ordem e da religião, contra uma experiência incompreensível e inaceitável, tanto em termos sociais como religiosos. Seus termos são funcionais: preparem e guerra e, ao final, Igreja e Estado poderão “comemorar”<sup>8</sup>.

Belo Monte é exemplo claro e emergente de que o espírito republicano estava longe de ser a adesão a um Estado laico. As parcerias entre Estado e Igreja continuavam acontecendo sempre que houvesse conveniência para ambos os lados. Citando Oscar de Figueiredo Lustosa, Vasconcellos ilustra tal situação quando diz que

---

<sup>7</sup> Ibid. p.55.

<sup>8</sup> Ibid. p.128.

ainda que descontente com os termos e a ideologia republicanos e da legislação em vigor, a Igreja Católica vai aos poucos entrando no esquema do *status quo* governamental. Não faltarão ocasiões que propiciam a aproximação entre dirigentes civis e eclesiásticos – Canudos será um momento apropriado para mostrar que as autoridades civis e eclesiásticas pensam e agem no mesmo diapasão, quando se trata, dizem elas, do bem comum da sociedade.<sup>9</sup>

Aprofundando aspectos bastante específicos no que tange os acontecimentos que antecedem a guerra de Canudos, “Missão de guerra” é uma boa leitura para quem quer entender os meandros do processo que a antecedeu. A capacidade hermenêutica do autor se mostra presente na análise do relatório de frei João, estabelecendo relação destes escritos com os dias da missão em Belo Monte e o contexto político e religioso que permeia a situação vivida no arraial. Também está presente em todo o livro a discussão da relação entre a Igreja Católica e o Estado nos primeiros anos da República. Todo o processo de Belo Monte nos leva a crer que Igreja e Estado nunca se separaram efetivamente e se utilizam do artifício da missão, fazendo com que frei João fosse enviado à região e escrevesse o relatório com um objetivo já estabelecido de “tudo isso para poder haver a guerra”.

Recebido: 16/10/2014

Aprovado: 10/11/2014

---

<sup>9</sup> Ibid. p.111.